

A consolidação do projeto industrialista:

Roberto Simonsen e o Congresso Brasileiro de Economia de 1943

Arthur de Aquino

Como citar: AQUINO, A. A consolidação do projeto industrialista: Roberto Simonsen e o Congresso Brasileiro de Economia de 1943. *In:* DEL ROIO, M. (org.) **Trabalho, política e cultura em Gramsci: os 70 anos da morte de Gramsci.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 133-136.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2007.978-85-60810-06-2.p133-136>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

A consolidação do projeto industrialista: Roberto Simonsen e o Congresso Brasileiro de Economia de 1943

Arthur de Aquino*

Este trabalho consiste numa leitura dos anais do I Congresso Brasileiro de Economia e sua contextualização histórica, num momento de tomada de consciência de classe entre os industriais, e cuja liderança desse segmento parte de Roberto Simonsen – enquanto intelectual orgânico da fração de classe industrialista.

O Congresso ocorreu nas dependências da Associação Comercial do Rio de Janeiro, entre 25 de novembro a 18 de dezembro de 1943. Consistiu na apresentação e discussão de teses dos congressistas dentro de oito comissões técnicas, cujas teses podiam ter três destinos: recomendada; aceita a título de esclarecimento; rejeitada. Esse Congresso é pensado por seus idealizadores a partir da necessidade de reivindicar do Estado a ajuda necessária para o crescimento do segmento industrial. A leitura do Congresso Brasileiro de Economia de 1943 é necessária para o entendimento da formação de uma consciência corporativa de classe por parte dos industriais do período. Foi também objetivo desse Congresso a formação de uma agência permanente – formada por técnicos do governo e das representações de classe – para a efetivação das recomendações do Congresso. O Congresso Brasileiro de Economia de 1943 forma uma tríade, juntamente com o Congresso Brasileiro da Indústria (São Paulo, 1944) e a Conferência das Classes Produtoras (I CONCLAP, Teresópolis, 1945). O centro da análise está na primeira comissão, a de planejamento agrícola e industrial. Entre as principais forças políticas, o capital, o Estado e o trabalho, estiveram representados nesse Congresso apenas os dois primeiros, *não estava o trabalho, representado*. As diferentes entidades representadas e os nomes ali com voz e voto articularam um projeto de nação concomitantes com os interesses do capital e do Estado: a reivindicação dos industriais pela difusão do taylorismo no Brasil,¹ por proteção por parte do Estado, e a tentativa de reafirmação da ordem política vigente – o Estado Novo, em vias de desagregação.

Sobre o industrialismo, o entendemos como uma ideologia em contraposição aos interesses da agricultura. Os industrialistas, que estão entre os desenvolvimentistas do setor privado, são uma fração de classe da burguesia do período, os quais defendem um projeto de nação para o Brasil, cujo escopo envolve o desenvolvimento da indústria pesada, a promoção do dinamismo da economia nacional, e reivindica o apoio estatal para seu projeto.² Assim, o

* Ciências Sociais/UFSCar - Orientadora: Prof. Dra. Vera Alves Cepêda (Ciências Sociais/ UFSCar)

¹ ver Nilton Vargas (1985, p. 178)

² Aqui fica claro o comportamento esquizofrênico dos industriais, principalmente no período 1930-60, uma vez que eles são, por um lado, liberais, e por outro, defendem a intervenção do Estado para protegê-los – seja contra o trabalho, seja contra o capital internacional. Assim, é comum encontrar nos anais do Congresso Brasileiro de Economia de 1943 citações ao economista Frederick List (1789-1846), que em *Sistema Nacional de Economia Política* (1989[1855]) coloca a nacionalidade como intermediária entre a “individualidade” e a “humanidade inteira” e defende uma proteção inicial da incipiente indústria alemã da época em relação a outros países (pp.3-6).

projeto industrialista se choca de maneira frontal com os interesses da fração de classe burguesa agro-exportadora. O Congresso é marcado pela controvérsia em torno do planejamento econômico, entre Simonsen (desenvolvimentista, representante dos industriais) e Gudín (liberal, representante da burguesia mercantil-exportadora)

Sobre os intelectuais, parto do princípio de que eles não independem da *práxis* e tampouco de seu tempo histórico. A concepção de intelectual que usaremos aqui é a de Gramsci, onde a ideologia é a *weltanschauung* da classe dirigente, a hegemonia é a passagem da ideologia da sociedade política para a sociedade civil, e sua conseqüente materialização na sociedade civil, entendendo o intelectual orgânico como aquele que representa a sua classe – e está ligado inevitavelmente a ela, e ao seu tempo histórico. (PORTELLI, pp.20-39) Em *O Moderno Príncipe*, Gramsci pensa as duas dimensões sociais, a sociedade política e a sociedade civil, imaginando o partido político na intersecção dessas duas sociedades. A analogia com o *condottiere* de Maquiavel cabe aqui se pensarmos Roberto Simonsen como líder do segmento industrialista, possuidor de *virtú* (capacidade de liderança) e sua relação com a *fortuna* (as oportunidades, no reino do imponderável) cujo resultado positivo é a sujeição dos súditos ao seu controle; Aqui, o segmento industrial estando disperso, a *virtú* de Simonsen reside na capacidade de ordenamento dessa fração de classe, como já expusemos anteriormente, e o lugar certamente foi o I Congresso Brasileiro de Economia de 1943.

Eram as oito comissões técnicas que compunham o Congresso:³ (I) Produção Agrícola e Industrial, onde foram discutidos o aproveitamento de recursos minerais do país, e o planejamento econômico agrícola e industrial; (II) Circulação e Transportes, onde foram discutidos os preços da agricultura e da indústria, a circulação interna e externa de mercadorias, a expansão das exportações (tendo em vista o fim da II Guerra Mundial); (III) Moedas e Bancos, cuja discussão abrangeu a organização do setor bancário e financeiro, assim como o controle da inflação e incentivo ao crédito; (IV) Investimentos, onde foram discutidas a entrada de capitais no país e a liquidez das empresas; (V) Finanças Públicas, onde foram discutidas a política econômica do pós-guerra e o significado dos impostos no contexto de desenvolvimento econômico; (VI) Planos Internacionais e de Caráter Social, onde foram discutidas a seguridade social, os planos de colonização do interior a partir da indústria e o comércio exterior; (VII) Pesquisas e Estudos Econômicos, sobre a orientação dos estudos de ciência econômica para o crescimento industrial brasileiro; (VIII) Atividades Econômicas do Estado, cujo principal debate foi sobre a intervenção do Estado na economia. Somam-se as atividades das comissões técnicas a comissão de redação, cujos trabalhos foram realizados entre o período vespertino e noturno de 9 a 17 de dezembro de 1943, onde foram discutidos todos os temas a partir das teses já anteriormente discutidas dentro das comissões técnicas.

Roberto Simonsen foi o presidente da I Comissão, Luiz Siegman seu vice-presidente, e seu secretário foi Paulo Eleutério. As discussões começam no âmbito da matriz energética, para

³ Os anais do Congresso foram publicados em três volumes (o primeiro em 1943, o segundo em 1944 e o terceiro em 1945) pela Associação Comercial do Rio de Janeiro. O primeiro volume (198p.) apresenta os discursos solenes de abertura e encerramento, o programa preliminar do Congresso, a relação dos membros e das entidades, o regimento, as comissões e as teses apresentadas. O segundo volume (635p.) trás os trabalhos da comissão de redação e das sessões no plenário. O terceiro volume (872p.) é dividido em duas partes: na primeira, apresenta as teses da comissão de produção agrícola e industrial; na segunda, da comissão de circulação e transportes.

então, ainda discorrendo sobre as riquezas naturais no Brasil, transpor a discussão para as particularidades geográficas regionais e os recursos naturais; a discussão passa para as preocupações em torno da agricultura propriamente; e por último a preocupação com o desenvolvimento industrial e a organização do trabalho. As discussões diretas entre Eugênio Gudín e Roberto Simonsen nas sessões do plenário geral do I Congresso Brasileiro de Economia de 1943 ocorreram na quarta sessão ordinária – de 16 de dezembro, às nove horas.

Nessa sessão foram discutidos as atribuições do Banco Central e o problema da inflação. Simonsen, em resposta a Gudín, criticou a “intromissão” do Banco Central no destino das verbas públicas para o fomento à produção, assim como o poder de decisão do Banco nos programas de desenvolvimento da mesma (pp.421-2). Essa querela entre Gudín e Simonsen toma outro aspecto da questão, que é a autonomia sobre a verba destinada pelo Banco Central aos produtores industriais e agrícolas; Simonsen não queria a intervenção do Estado no destino das verbas públicas destinadas à produção; enquanto que Gudín foi a favor do controle dessas verbas pelo Estado, se opondo a Simonsen, e com o apoio de Eduardo Lopes Rodrigues, Alde Sampaio e Jurandir Pires Ferreira. O ponto pacífico entre Gudín e Simonsen foi, justamente, quando Gudín deixou claro que a intervenção não protegeria a classe trabalhadora.⁴

Outro ponto de discussão foi a função orientadora do Banco Central. O Banco nasceria sem capital, uma vez que se previra a ajuda do Banco do Brasil; dessa maneira, a redação final, citada por Gudín, com relação aos recursos do Banco Central, atribuía a ele “Orientar a aplicação dos recursos disponíveis”,⁵ ou seja, ignorar as diversas vontades das autarquias, em prol de uma unidade decisória. Nesse ponto, Simonsen e Gudín estavam em ponto pacífico. Mas o conflito estava em determinar qual o lugar destinado aos excedentes de capital industrial! Gudín afirmou que o excedente financeiro geraria inflação, então – via controle da quantidade de moeda em circulação – a medida a ser adotada seria a absorção em títulos públicos desse excedente pelo Estado; Simonsen, por outro lado, entendia que os sucessivos reinvestimentos do capital, que permaneceria no setor privado, levariam ao equilíbrio de mercado, uma vez que o desenvolvimento estaria pautado no crescimento da demanda.

As conclusões da primeira comissão aprovadas em plenário que foram para as recomendações do Congresso ao Estado foram divididas em 3 grupos. O primeiro, sobre organização econômica para o aproveitamento dos recursos minerais do país, considerou a necessidade e o potencial da produção de energia combustível (carvão mineral e petróleo) e da necessidade de transportes eficientes. Nesse sentido, recomendou o desenvolvimento da pesquisa geográfica, o aproveitamento das quedas d'água para a produção de energia hidrelétrica, tendo o Estado como empreendedor onde a iniciativa privada for fraca. O alto custo do setor mineiro levaria a admissão de capital estrangeiro não preponderante.

O segundo grupo, sobre a organização da agricultura, recomendou a criação pelo governo de um conselho nacional de economia agrária, o qual estude a criação de convênios agrícolas (entre os governos municipais, estaduais e federal), assim como um plano de fomento à agricultura; A execução, pelo Estado de um programa de aparelhamento da lavoura, assim como a obrigatoriedade do uso de sementes selecionadas pelos órgãos públicos competentes,

⁴ I Congresso Brasileiro de Economia, vol.2, p.425.

⁵ *op.cit.*, p.426.

e fornecimento de crédito bancário ao setor privado agrícola pelo Estado, que também deve ser o comprador do excedente agrícola; A comissão recomenda o tabelamento mínimo de preços da lavoura – com preferência aos gêneros alimentícios.

O terceiro grupo, sobre desenvolvimento industrial, considerou que as atividades industriais se conjugam com as agrícolas, e daí recomendou que o poder público intensificasse a industrialização através da criação do Ministério da Economia Nacional. Recomendou que a Indústria de Base seja empreendida pelo Estado, assim como que se melhore as condições econômicas das fábricas. Recomendou a difusão da organização científica do trabalho (OCT), a adoção de programas de pesquisa e desenvolvimento científico pelas empresas, assim como a intensificação da assistência social aos trabalhadores da indústria – já materializada à época com a fundação do SENAI.

Uma leitura aprofundada do Congresso de Economia de 1943 nos revela que ele não se limitou num momento de reivindicação dos industriais, mas sim na formação de uma consciência orgânica e corporativa da fração de classe burguesa industrialista, assim como a consolidação de um projeto de nação para o Brasil: corporativo, desenvolvimentista e nacionalista.

REFERÊNCIAS

CEPEDA, Vera Alves. *Roberto Simonsen e a Formação da Ideologia Industrial no Brasil – Limites e Impasses*. São Paulo: FFLCH/USP. Dissertação de doutorado, 2003 (edição revisada).

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5ªed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

DRAIBE, Sonia. *Rumos e Metamorfoses: Um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930 – 1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GRAMSCI, Antonio. *O Moderno Príncipe in Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MOORE JR., Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Cosmos, 1975.

PORTELLI, Hugo. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VARGAS, Nilton. *Gênese e Difusão do Taylorismo no Brasil*. Ciências Sociais Hoje, 1985, pp.155-187,